



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14421 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO AÇÃO DE CUIDAR-EDUCAR NA CRECHE

Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE/UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Érika Loureiro de Carvalho - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO AÇÃO DE CUIDAR-EDUCAR NA CRECHE

Resumo

Este texto objetivou, a partir da análise de práticas pedagógicas realizadas em uma creche do município do Rio de Janeiro, discutir em que medida a educação antirracista favorece uma ação de cuidar e educar que possibilite a construção da imagem positiva de criança negras, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua construção identitária. Através dos valores civilizatórios apontados por Trindade (2018), anúncios são traçados acerca de ações pedagógicas atravessadas pela educação antirracista na creche. A não inclusão da educação infantil na lei 10639/03 é avaliada com um obstáculo para os desdobramentos dessas práticas, embora não seja um impedimento. O estudo adotou como caminho teórico-metodológico a escrivência de uma professora, durante suas interações em uma turma de maternal I – com crianças de 2 a 3 anos.

Palavras-Chave: Educação Antirracista, Creche, Lei 10639/03, Escrivência

INTRODUÇÃO

A história da educação infantil no Brasil se entrelaça à vida das mulheres, em sua maioria negras e periféricas. Dentre as causas, que fomentaram o atendimento à primeira infância no Brasil, destacamos o protagonismo do movimento de mulheres operárias e periféricas. Os dados sobre a criação da creche revelam inicialmente sua dimensão compensatória e higienista, muito articulada na visão preconceituosa e estereotipada do que seria suficiente e necessário para as crianças oriundas das classes operárias.

As creches logo no seu surgimento se direcionavam, quase que exclusivamente para as

crianças filhas e filhos de operários, estando a pré-escola e ou jardim de infância inclinados a atender crianças burguesas. Talvez a relação creche e pobreza justifique a visão assistencialista que perdurou por anos no atendimento às crianças pobres. E, em se tratando de Brasil, quando falamos de classes operárias ou populares, concomitantemente estamos nos referindo, em sua maioria, às crianças com marcadores identitários negros, se consideramos que a categoria negra é uma estratégia política que engloba pessoas pretas e pardas.

Então, não seria equivocado afirmar que as creches em seu surgimento guardavam, em sua maioria, crianças negras. Esse atendimento não ocorreu de forma homogênea; foi marcado por diversas dimensões do cuidado e da proteção, vigorando uma visão assistencialista, focada na alimentação e cuidados com saúde e higiene, não necessariamente com foco nas necessidades amplas que tangem o desenvolvimento das crianças.

Embora a visão e a prática assistencialista tenham perdurado por anos no atendimento da criança pobre na sociedade brasileira, a década de 80 impôs legalmente um reordenamento desse atendimento, que precisou atender o binômio cuidar e educar na educação infantil, seja na creche ou na pré-escola - as crianças pequenas conquistaram o direito à educação através da promulgação da Constituição Federal, conforme descreve Santos (2018):

No caso brasileiro, a Constituição de 1988 é reconhecida como um importante emblema, pois as crianças tiveram seu direito às creches e pré-escolas reconhecido formalmente, pauta que assinalou as discussões de diversos movimentos sociais emergidos nos anos 1970 e 1980 (SANTOS, 2018, p. 1196).

O passado-presente da creche no Brasil assinala que as crianças oriundas das classes operárias foram vítimas de uma prática compensatória; portanto defendemos que a dimensão do cuidar na creche não deve se limitar a ações instrumentalistas e mecânicas de cuidados básico, necessitando se articular com a visão integral do sujeito. E quando advogamos por um cuidado integral na creche, articulamos em nossas reflexões à urgência da educação antirracista, considerando os efeitos danosos do racismo no corpo e na mente das crianças pretas. Em meados do século XX, Virgínia Bicudo já assinalava para essa questão, ao concatenar em suas pesquisas com a infância na escola, a questão racial.

Com o objetivo de proporcionar um cuidar e educar na creche que atenda a criança em seu desenvolvimento integral, a discussão desse texto aponta para necessidade de a creche incorporar uma prática pedagógica antirracista. Trazemos apontamentos acerca de uma ação pedagógica atravessada pelos valores civilizatórios defendidos por Azoilda Trindade, na creche.

Apontamentos sobre a prática antirracista na creche

Reconhecemos os méritos das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para sociedade brasileira, temos consciência que tais leis materializam a luta de diversos movimentos, com destaque para os movimentos negros. Todavia, nos gera incômodo a abstração da educação

infantil no corpo dessas leis: em uma sociedade na qual o racismo é estrutural e estruturante, como a educação infantil, instituída como a primeira etapa da educação básica desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96, foi excluída da legislação que aborda a obrigatoriedade do ensino da África e versa sobre as diretrizes étnico-raciais?

Apesar da não obrigatoriedade nas leis acima citadas, recordamos que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) assinalam para a importância da educação étnico-racial ao reconhecer a relação da proposta pedagógica com a diversidade das culturas africanas, afro-brasileira, atentando para o combate ao racismo e à discriminação. É dentro dessa dimensão, que nossos apontamentos trazem dados de uma prática pedagógica antirracista em conjunto com o binômio cuidar-educar, uma vez que, combater o racismo é parte do cuidado relativo à construção de subjetividades e identidade das crianças pequenas, que são produtoras de significado na educação infantil. Destacamos nesta reflexão que a identidade é um “processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade” (CAVALLEIRO, 2000, p. 21).

A prática pedagógica antirracista que defendemos está atravessada pela contribuição de Trindade (2013), através da afirmação de valores civilizatórios que são essenciais para educar a criança negra na escola. Esses valores atravessaram o oceano com tráfico negreiro e constituíram a identidade do povo negro no Brasil; são valores culturais trazidos pelos africanos e ressignificados no Brasil, firmando sua circularidade e grande importância para a identidade e o reconhecimento do povo preto. Sendo assim, vivenciar esses valores na creche é movimentar a ancestralidade e valorizar o reconhecimento da cultura africana que habita em nós desde o útero, principalmente quando somos negras e negros.

Trindade (2008), ressalta importantes valores civilizatórios afro-brasileiros a serem vividos na educação infantil, sendo alguns deles: *energia vital ou axé* – diz respeito à energia presente em tudo que é vivo; *oralidade* – a expressão oral é carregada de sentido e marcas da nossa existência. É pela voz, música e memória que nos comunicamos, existimos e continuamos nossa história; *circularidade* - o ato de sentar em roda aponta para o movimento, para partilhar saberes e acontecimentos; *corporeidade* - respeito ao corpo através do qual somos, existimos, vivemos e o reconhecimento do corpo negro como patrimônio expressa a história do povo preto jogado em navios tumbeiros, chegando no Brasil trazendo apenas seu corpo; *musicalidade* - a brasilidade é marcada pela música e pela dança, tendo como herança contribuições africanas no batuque, gosto pelo som; *ludicidade* – o gosto pela alegria e pela diversão, que expressam a celebração da vida; *cooperatividade* - uma cultura que é plural, dinâmica e cooperativa, pensar em africanidade é compartilhar e incorporar pensamento coletivo. Segundo ela, estes valores garantem à criança uma proteção ao racismo, cada vez mais comum na infância:

A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal em plena consciência de que seu esforço e aptidão

devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (TRINDADE 2013, p.131).

Escrever na creche: valores civilizatórios em ação

A opção pela escrevivência como eixo metodológico se justifica pelo incômodo que a escrita de mulheres negras gera em sociedades racistas, como afirmou Evaristo (EVARISTO, 2020b). Soma-se a esse incômodo a autoria necessária assumida pela mulher negra, assume a autoria da pesquisa de sua prática. Entendemos por escrevivência a escrita da mulher negra, que é uma escrita coletiva, em função das marcas importadas pelo racismo estrutural. Não se trata de uma narrativa individual, uma vez que, o racismo é estruturante na sociedade racista.

Enveredar metodologicamente pelas contribuições da escrevivência se articula com a representatividade necessária na luta antirracista. Nesse texto, as reflexões tecidas foram mapeadas pelas práticas pedagógicas organizadas e os significados produzidos pelas crianças na creche, com destaque para o trabalho realizado no ano de 2022, com uma turma de maternal I, com crianças na idade de 2 a 3 anos.

O processo de socialização da criança negra na primeira etapa da educação básica é muitas vezes marcado pela negação da pretitude e pela recorrente valorização dos marcadores identitários da branquitude, onde as crianças negras dificilmente se veem representadas nos brinquedos, histórias, personagens e elementos que permeiam o universo infantil, principalmente o escolar. Assim, ressaltamos o empretecimento das práticas pedagógicas como estratégia para confrontar o racismo no cotidiano escolar na educação desde a creche, valorizando a representatividade e apresentando trajetórias positivas de negros e negras:

A Confrontar o racismo na primeira etapa da Educação Básica é cada vez mais urgente. Por isso, assumimos como enveredar por uma pedagogia preta, na qual a escola não seja mais o espaço unívoco de experiências doloridas com o racismo, tampouco uma das instituições que reforçam o sistema de representação do pacto da branquitude. Assim, enfrentamos a discussão do racismo na primeira infância problematizando o racismo, que perpassa as relações pedagógicas, principalmente nas formas estéticas pelas quais negros e negras são representados/as, quando aparecem nas práticas escolares. (ANÔNIMO, 2022, p.10).

O enfrentamento do racismo na prática pedagógica da creche, na prática em destaque é uma ação e não uma reação. Não incorporamos os debates antirracistas em função de algum episódio de racismo. Já compreendemos que o cuidar e educar na creche passam pelas práticas antirracistas, que vão sendo construídas nas interações e brincadeiras. Entrelaçamos na educação antirracista na creche os valores civilizatórios, fazendo circular, prioritariamente pela oralidade, uma literatura infanto-juvenil escrita por autoras e autores negros, com destaque para as obras de Kiusam de Oliveira, Carolina Maria de Jesus, Renato Nogueira, Sylviane A. Diuf, Patrícia Santana e outras. E a partir da circularidade dessas autoras e autor, disponibilizamos um conjunto de objetos, nos quais as crianças estabelecem suas interações, musicalidade e corporeidade.

Uma estratégia que uniu os valores civilizatórios musicalidade, ludicidade e corporeidade foi articular samba e cultura popular, trazendo para o contexto da creche as personalidades negras do mundo do samba.

Trazer personalidades negras para a creche envolvendo as crianças e as famílias foi uma estratégia para ressignificar o lugar de subalternidade que é reservado para população negra na sociedade brasileira, por isso, nossas práticas abordam os campos de experiências, adotando um “Eu, outro e nós”, a partir da referência afro-brasileira, portanto as experimentações têm como prioridade disponibilizar fotos, biografias, recortes de imagens e brinquedos que tenham como referência negras e negros. Além da literatura infanto-juvenil, exploramos as especificidades do corpo, com a Mercedes Batista e Ingrid Silva.

Valorizar personalidades negras é um eixo forte de nosso trabalho, principalmente que em nossa unidade, os negros são maioria na limpeza e na cozinha, por isso, é um compromisso ético apresentar para as crianças negras bem pequenas, que negras e negros estão em outros postos. Cida Bento (2022) teceu reflexões sobre o pacto da branquitude, nossas ações de forma explícita põem em curso, um pacto com a pretitude, tendo como foco produzir condições para construção de representatividade de crianças negras.

Considerações finais

Nossa proposta ressignifica e valoriza a cultura afro-brasileira no cotidiano da creche, favorecendo a libertação de estereótipos construídos historicamente desde a época colonial. Apresentamos possibilidade para cuidar, educar e brincar, incorporando dimensões da identidade negra, estabelecendo repertórios estéticos para o reconhecimento positivo da identidade negra na creche.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro, 1996.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BENTO, M. A. S. O pacto da branquitude. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar – Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

ANÔNIMO, 2022.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.).

Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b. p. 26-46.

SANTOS, Elisângela da silva. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, n. 170, p. 1194 – 1217, out/dez – 2018.

TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). **Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro**. Rio de janeiro: TV escola /MEC, 2013.